



**GEDES**  
Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 12/2021**  
Período: 17/04/2021 - 23/04/2021  
**GEDES – UNESP**

- 1- General Silva e Luna foi eleito presidente da Petrobras
- 2- Colunista apontou enfraquecimento de Bolsonaro após troca de comando das Forças Armadas
- 3- Historiadora comentou sobre os desafios enfrentados pela frágil democracia brasileira
- 4- Investigação sobre medidas de enfrentamento da pandemia da covid-19 pode convocar militares da ativa para depoimentos
- 5- Declaração de Mourão sobre atuação do Brasil na Cúpula do Clima gera polêmica
- 6- O debate sobre a revisão da Lei de Segurança Nacional
- 7- General Edson Pujol, ex-comandante do Exército, afirmou que a corporação é fiel à Constituição
- 8- Em discurso, ministro da Defesa pediu união nacional e equilíbrio entre os três poderes
- 9- Padre expulso durante ditadura falou sobre "excessos" no uso da LSN
- 10- Colunista comentou as tentativas de uso político das Forças Armadas por Bolsonaro

### 1- General Silva e Luna foi eleito presidente da Petrobras

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva Joaquim Silva e Luna foi eleito pelo Conselho de Administração da Petrobras como presidente da companhia no dia 16/04/2021. Além de Silva e Luna, também foram eleitos diversos diretores, dentre eles quatro funcionários de carreira indicados pelo general. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o general e sua equipe estão trabalhando presencialmente na sede da Petrobras, ao contrário do trabalho remoto adotado pelo ex-presidente Roberto Castello Branco, criticado pelo presidente da República Jair Bolsonaro. Além de Silva e Luna, os almirantes Bento Albuquerque e Rodolfo Sabóia assumiram, respectivamente, os postos de ministro de Minas e Energia e diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), além de Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que se tornou presidente do conselho da Petrobras. As nomeações indicam um claro avanço de militares em posições de liderança no setor de energia. Segundo a *Folha de S. Paulo*, um dos objetivos do general será conciliar os interesses dos acionistas aos consumidores, com respeito ao meio ambiente e diminuição da volatilidade de preços, garantindo retorno financeiro a acionistas e à sociedade em geral. Tal proposta foi bem recebida no mercado financeiro,

elevando as ações da estatal em mais de 5%. (Correio Braziliense - Economia - 17/04/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 17/04/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 20/04/21).

## 2- Colunista apontou enfraquecimento de Bolsonaro após troca de comando das Forças Armadas

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas comentou sobre o enfraquecimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, após a substituição dos comandantes das Forças Armadas. De acordo com Freitas, o pedido de demissão conjunta dos comandantes tinha como objetivo demonstrar uma distância, ou ao menos uma fissura na relação entre o Exército e Bolsonaro. Além disso, Freitas destacou que após a aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objetivo investigar a atuação do governo durante a pandemia, o presidente Bolsonaro teria voltado a fazer declarações antidemocráticas, a exemplo de: “O pessoal fala que eu tenho que tomar providências, eu estou aguardando o povo dar uma sinalização”. Neste ponto, Freitas mencionou que não houve repercussões em relação a essa afirmação. Por outro lado, lembrou que o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, é um dos principais alvos do inquérito sobre o enfrentamento à pandemia. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 18/04/21)

## 3- Historiadora comentou sobre os desafios enfrentados pela frágil democracia brasileira

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, Maud Chirio, historiadora francesa especialista em história das Forças Armadas e da ditadura militar brasileiras e professora na Universidade Gustave Eiffel, analisou o sentimento de espanto do restante do mundo em relação ao Brasil governado pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo Chirio, desde o início do século XXI, o Brasil passou a ser visto como uma democracia consolidada. Contudo, havia sinais de contestação desse novo período, dentre eles: protestos de oficiais em relação à Comissão da Verdade, o aumento de candidaturas de militares às eleições e as intervenções de generais em situações políticas. A historiadora afirmou que tais episódios eram vistos como anacrônicos e não como sinais de que havia um projeto de poder almejado pelas Forças Armadas. Neste sentido, destacou que a eleição de Bolsonaro dificultou a manutenção dessa narrativa, por conta de seus discursos favoráveis ao regime militar, porém muitos entenderam o episódio como um “monstro político acidental”, incapaz de abalar uma democracia consolidada. Além disso, a presença da chamada “ala militar” no governo era vista como um setor capaz de equilibrar e moderar a chamada “ala ideológica”. Ao passo que, para Chirio, isto demonstrava que a democracia brasileira estava fragilizada. Portanto, em sua visão, o Brasil não detém uma democracia sólida, e sim “sistema degradado e prisioneiro de suas Forças Armadas”. Na visão da historiadora, para reconstruir sua democracia, o Brasil deve desmilitarizar o poder e promover eleições livres. (Folha de S. Paulo - Opinião - 18/04/21)

#### 4- Investigação sobre medidas de enfrentamento da pandemia da covid-19 pode convocar militares da ativa para depoimentos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 19/04/2021 o Senado definiu um plano de trabalho para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada para apurar a atitude do governo Bolsonaro em relação às medidas de contenção da pandemia do novo coronavírus. O *Correio Braziliense* noticiou que diversos militares estão na lista de depoimentos requeridos no processo investigativo. O ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, será ouvido por conta do colapso de saúde em Manaus devido à falta de oxigênio, ocorrida em janeiro deste ano, e também por não ter seguido recomendações internacionais de medidas de contenção da doença. Além dele, o general Edson Pujol, ex-comandante do Exército, também prestará esclarecimentos sobre a produção de cloroquina pelas Forças Armadas. A *Folha de S. Paulo* noticiou que a cúpula da CPI pretende investigar as razões que causaram a queda dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Tentativas frustradas de compra de vacinas e a defesa do governo do uso de hidroxicloroquina também serão alvo de investigações. (*Correio Braziliense – Política – 19/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/04/21*).

#### 5- Declaração de Mourão sobre atuação do Brasil na Cúpula do Clima gera polêmica

O *Correio Braziliense* informou que o vice-presidente da República e atual presidente do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, desdenhou do posicionamento do presidente Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, os quais buscaram angariar auxílio internacional para que o Brasil cumpra compromissos da agenda ambiental, como a redução do desmatamento e das emissões de gases nocivos ao planeta. Bolsonaro inclusive endereçou carta ao presidente dos Estados Unidos, Joseph Biden. Segundo o *Correio*, ao discordar de tal posicionamento, Mourão declarou: “A gente não tem que ser mendigo nisso aí. Vamos colocar a coisa muito clara, né? Nós temos as nossas responsabilidades, o Brasil é responsável só por 3% das emissões no mundo. Desses 3%, 40% é o desmatamento. Ou seja, 1,2% do que se emite no mundo é responsabilidade do desmatamento nosso aqui”. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente ressaltou que o dinheiro para as medidas previstas na agenda ambiental deve sair do Fundo Amazônia e que ele sempre esteve aberto para doações. Especialistas ouvidos pela *Folha* afirmam que, devido à falta de credibilidade do país e às ações do governo, a promessa de acabar com danos ao meio ambiente não será suficiente, sendo necessárias ações práticas que demonstrem que o governo está trabalhando para a preservação ambiental. (*Correio Braziliense - Poder - 20/04/21; Folha de S. Paulo - Mundo - 20/04/21*).

#### 6- O debate sobre a revisão da Lei de Segurança Nacional

Em coluna intitulada “Abertura ‘lenta, gradual e segura’: do AI-5 à Lei de Segurança Nacional”, publicada pela *Folha de S. Paulo*, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), traçou o percurso do regime militar (1964-1985) que desencadeou na referida lei, que atualmente tem sido motivo de debates. Segundo o magistrado, a Lei de Segurança Nacional (LSN)

foi promulgada no contexto de abertura do regime militar, em dezembro de 1983, e passou a definir crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. A LSN é a última versão de textos normativos iniciados em 1935, com Getúlio Vargas, e modificados ao longo do tempo, os quais fundamentalmente buscam reprimir grupos considerados inimigos internos. Lewandowski ressaltou a tipificação aberta de certos crimes, como “incitar a subversão da ordem política”, bem como a remessa do julgamento destes à Justiça Militar. Para ele, esse preceito legal continua a assombrar o país mesmo após a redemocratização, podendo não estar de acordo com o espírito da Constituição Federal de 1988. Em linha com o pensamento de Lewandowski, como reportado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o Congresso Nacional prevê votação para 27/04/2021 de um projeto de lei que poderá revogar a LSN. O projeto também deverá conter uma nova versão do artigo do Código Penal sobre incitação ao crime que incluirá a “incitação à animosidade entre as Forças Armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, o Ministério Público, instituições civis ou a sociedade” como crime cuja pena será de multa e detenção de três a seis meses. O objetivo disso seria reafirmar o papel das Forças Armadas como instituições de Estado e não de governo, ante as tentativas de politização das Forças pelo presidente Jair Bolsonaro e de manifestações de seus apoiadores pedindo intervenção militar. (*Folha de S. Paulo - Opinião - 20/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/04/21*).

#### 7- General Edson Pujol, ex-comandante do Exército, afirmou que a corporação é fiel à Constituição

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que em cerimônia do dia 19/04/2021 em alusão ao dia do Exército, que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o general Edson Pujol, em sua última aparição pública no posto de comandante do Exército, afirmou que a corporação permanecerá fiel aos preceitos constitucionais e aos princípios de legalidade. A *Folha* rememorou a crise militar ocorrida após a demissão do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, que cedeu lugar ao general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, e que desencadeou a troca dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O comando do Exército será assumido pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, descrito com perfil diferente de Pujol, sendo associado mais ao antecessor, general Eduardo Villas Bôas, o qual tem perfil bolsonarista e ocupa cargo no Palácio do Planalto desde 2019. Segundo *O Estado*, o presidente Bolsonaro agiu rápido para indicar novos nomes para o comando das Forças, tendo ajuda do novo ministro da Defesa. O jornal apurou que foi sugerido que o critério de antiguidade fosse privilegiado para as escolhas, embora os mais experientes em cada função não tenham sido nomeados. Para o comando do Exército, o general Paulo Sérgio não seria a primeira opção de Bolsonaro, mas o seu perfil “apaziguador”, sua habilidade no trato com os subordinados e um estilo “um manda, outro obedece” foram decisivos para a sua nomeação. (*Folha de S. Paulo - Poder - 20/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/21*).

#### 8- Em discurso, ministro da Defesa pediu união nacional e equilíbrio entre os três poderes

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, afirmou que é preciso respeitar o processo democrático e a escolha da maioria dos brasileiros para conduzir o país. Além disso, Braga Netto destacou que o país “precisa estar unido contra qualquer tipo de iniciativa de desestabilização institucional que altere o equilíbrio entre os poderes e prejudique a prosperidade do Brasil”. O pronunciamento ocorreu na cerimônia de troca do comando do exército, quando assumiu o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Em meio ao desgaste político esperado com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 e a maior crise militar desde a redemocratização, o ministro afirmou que as Forças Armadas seguem prontas para garantir a liberdade e a democracia. Nas palavras de Braga Netto: “Neste período de intensa comoção e incertezas que colocam à prova a maturidade, a independência e a harmonia das instituições democráticas brasileiras, o Exército, a Marinha e Força Aérea mantém o foco em suas missões constitucionais, permanecendo sempre atentas à conjuntura nacional”. (*Folha de S. Paulo - Poder - 21/04/21*; *O Estado de S. Paulo - Política - 21/04/21*)

#### 9- Padre expulso durante ditadura falou sobre "excessos" no uso da Lei de Segurança Nacional

Em entrevista para *O Estado de S. Paulo*, o padre italiano Vito Miracapillo, expulso em 1980 durante o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985) por ser considerado nocivo à segurança nacional, se mostrou preocupado com os excessos cometidos no uso da Lei de Segurança Nacional (LSN), ainda em vigor no Brasil. Miracapillo contou sobre como a LSN foi usada contra ele: “O pretexto foi a minha recusa a celebrar duas missas impostas pelo prefeito da cidade por ocasião da Semana da Pátria, no dia 7 de setembro, e no dia 11, emancipação do município, com a motivação que dei – a não efetiva independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos”. O padre destacou que espera que a segurança nacional “não represente uma volta ao passado” e que “seja interpretada como segurança do povo”. Além disso, o padre disse que espera que os processos sofridos por brasileiros atualmente não cheguem ao que já foi. “Seria triste para a imagem do Brasil no exterior e para o povo, que não merece e não precisa disso.” (*O Estado de S. Paulo - Política - 21/04/21*)

#### 10- Colunista comentou as tentativas de uso político das Forças Armadas por Bolsonaro

Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Sérgio Fausto, cientista político e diretor-geral da Fundação Fernando Henrique Cardoso, comentou as tentativas de uso político das Forças Armadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Primeiramente, Sérgio Fausto analisou o resultado da recente crise militar como motivo para “alívio e apreensão”, alívio pelo presidente ter seguido o critério de antiguidade para a indicação dos novos comandantes militares, evitando assim um aprofundamento da crise, e apreensão pelo fato do aparelhamento das Forças Armadas ser um objetivo do projeto político bolsonarista do qual Bolsonaro não abriu mão, principalmente porque a cooptação do Exército é

essencial para que suas ameaças sejam levadas minimamente a sério. Como métodos de cooptação, o cientista político citou os cargos entregues a militares na administração pública, a ampliação do orçamento, melhoria dos soldos e o comparecimento a formaturas, os quais criaram a ilusão nos militares que eles próprios controlariam o governo Bolsonaro. Porém, de acordo com Fausto, as Forças Armadas deixaram claro que não apoiarão um eventual golpe do presidente contra as instituições democráticas, mesmo assim o mero discurso de alinhamento dos militares com o governo serve para manter a sua imagem de “homem forte”, essencial em um momento de crescente enfraquecimento político do governo. Além disso, Sérgio Fausto comentou as futuras eleições de 2022, elucidando que Bolsonaro pode utilizar a antipatia dos militares com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu potencial adversário, a seu favor. A rejeição dos militares, iniciada no governo Dilma Rousseff por conta da Comissão da Verdade e das interferências nas Forças Armadas, poderia empurrá-los para um maior alinhamento com o atual presidente. Por fim, Sérgio Fausto esclareceu a necessidade da manutenção das Forças Armadas como instituição de Estado para que a democracia seja preservada. (Folha de S. Paulo - Espaço Aberto - 23/04/21)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe:**

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).